



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIV — N.º 149 — S. PAULO, ABRIL-MAIO DE 1970 — REDAÇÃO: RUA LIBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — C. POSTAL, 6248

O M.O.D. ORGANIZA-SE PARA A LUTA

Conforme o nosso jornal noticiou, o VII Encontro Nacional da Oposição Democrática, efectuado em Novembro do ano passado, deliberou criar o Movimento da Oposição Democrática (MOD), desafiando tôdas as proibições e ameaças do governo fascista.

Em manifesto dirigido ao povo português no fim de Janeiro, o MOD salientou que "perante o descalabro a que

nos conduziu um regime ditatorial em vigor há já quase meio século, a Oposição Democrática constitui para a Nação a alternativa da construção de uma sociedade livre e progressiva isto é, uma sociedade na qual o povo participe, a todos os níveis, na formação do poder político e no domínio do poder económico".

"Este objetivo — acrescenta o documento — não se alcançará através de dádivas

do governo. Tem de conquistar-se porque poderosas estruturas económicas e políticas dominam o nosso país e estão interessadas em manter esse domínio a fim de prosseguirem a exploração do Povo Português em seu benefício. O grande capital, nacional e estrangeiro, os latifundiários, a banca e o grande comércio importador, apoiados em círculos políticos reaccionários, na universidade e nas forças repressivas, bloqueiam o desenvolvimento nacional, tentando manter o Povo ignorante, despolitizado e desorganizado — porque essa é a forma de continuarem a exploração impiedosa a que o têm sujeito. E foi precisamente para impedir o Povo Português de se esclarecer, politizar e organizar para a conquista de uma vida melhor, que a ditadura excluiu, a ferro e fogo, os democratas portugueses da vida política nacional.

Mas a situação a que o País chegou — situação que a Oposição previu e foi denunciando ao longo dos anos — e a validade política demonstrada principalmente no último período eleitoral são razões suficientes para nós lançarmos à conquista do lugar a que temos irrecusável direito na sociedade portuguesa. E nesta perspectiva que se formou o MOVIMENTO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA (M.O.D.), exactamente criado para desenvolver à escala na-

cional uma acção política constante, organizada e responsável. A luz do dia, vamos fazer uma política de presença activa a todos os níveis e em todos os sectores da vida nacional. Esta será a nossa maneira de contribuir, desde já, para o desenvolvimento social do País e para criar o condicionalismo favorável à conquista da Democracia. Colectivamente, como Movimento ou individualidades, como democratas nele integrados, estaremos presentes em tôdas as actividades da vida portuguesa: — na preparação e na disputa das eleições para as Juntas de Freguesia e da Assembleia Nacional, nos grupos culturais ou desportivos, nos Sindicatos, nas associações de classe ou nas cooperativas. Apoiaremos activamente os estudantes, nas escolas, e os trabalhadores, nas fábricas e nos campos, que lutam contra o obscurantismo e a exploração. Queremos estar e havemos de estar, em todos os lugares — esclarecendo, criticando, propondo, mobilizando, organizando, reivindicando".

E o Manifesto conclui: "Mas reivindicando os legítimos direitos do Povo por uma forma activa, isto é: — exercendo-os à luz do dia. Associando-nos, reunindo, concorrendo, publicando, reclamando, ou seja, participando por tôdas as formas e em todos os sectores da vida nacional, desenvolvendo uma

acção de presença constante, sairemos do isolamento em que a ditadura nos lançou e emparedou. Mas sairemos pelos nossos próprios meios, com a natural altivez de quem sabe que tem razão e tem direito. E o governô, se quiser, que assuma a responsabilidade histórica de continuar o crime de nos excluir, pela violência e pela prepotência, da vida nacional. É esta a nossa forma de acção política. Através dela havemos de contribuir para o progresso do Povo Português, esclarecendo-o, politizando-o e organizando-o tão vasta e intensamente quanto possível, de forma a prepará-lo para lutar, cada vez mais conscienciosamente, contra as forças que o dominam e exploram, até que se torne senhor dos seus destinos".

A ESTRUTURA DO MOD

O MOD aprovou já uma série de normas e decisões relativas à sua estruturação. Elas:

1.0 — O MOD é um Movimento Nacional e declara-se permanentemente aberto à adesão de tôdas as correntes e organismos democráticos, estruturado dentro dum critério da mais ampla representatividade, que integra as Comissões Distritais Democráticas e Movimentos Nacionais Específicos de Mulheres, de Jovens, de Profissionais, de Trabalhadores e de Amnistia.

1.1 — A integração de outros Movimentos deverá depender da aprovação do Plenário Nacional por maioria de 2/3 e deverá ser votada na reunião seguinte àquela em que foi apresentada e justificada.

2.0 — As COMISSÕES DISTRICTAIS procurarão ser formadas por representantes eleitos pelos Grupos de Base — locais, freguesia, concelho — e pelos representantes Distritais dos Movimentos Nacionais Específicos, de Profissionais, de Jovens, de Mulheres, de Trabalhadores e de Amnistia.

2.1 — As COMISSÕES DISTRICTAIS devem procurar o alargamento constante das Comissões de Base e a constituição destas nos sectores onde não existam.

2.2 — As COMISSÕES DISTRICTAIS devem cooperar com os Movimentos Nacionais Específicos, de Mulheres, de Jovens, de Profissionais, de Trabalhadores e de Amnistia, no sentido de fomentar a criação ou alargamento de tais Movimentos a nível Distrital e a sua integração à escala Nacional.

3.0 — (Em vigor o processo de votação aprovado provisoriamente no VII Encontro Nacional. O proposto ficou para discussão e apreciação das Comissões Distritais que por sua vez depois de apura-

(Cont. na página 2)

NÃO À GUERRA

Há quase dez anos que Portugal está envolvido numa guerra condenada pelo povo português e pela consciência universal. Quase meio milhão de jovens passaram nesses dois lustros pelos campos de batalha de Angola, de Moçambique e da Guiné; mais de 30.000 foram feridos ou voltaram estropiados; alguns milhares perderam a vida. A Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança aprovaram desde 1961 mais de uma dúzia de Resoluções condenando a repressão militar exercida contra as populações desses territórios e pedindo que às mesmas fosse reconhecido o direito à autodeterminação e à independência.

Mas a escalada da violência e do crime prossegue. Caetano não é menos colonialista do que Salazar. As ligações com a África do Sul e a Rodésia tornaram-se ainda mais íntimas; a aliança dos monopólios portugueses com os monopólios estrangeiros que governam a África Austral é hoje mais forte do que o era nos tempos de Salazar.

Incapaz de pôr termo à guerra, Caetano fala em paz e pretende, agora, persuadir o povo português, através de uma campanha nacional e internacional, de que as guerras coloniais em que o País se acha envolvido, estão prestes a chegar ao fim. Uma poderosa máquina de falsificação da verdade foi montada e está funcionando há meses, de acordo com um plano cuidadosamente estudado, anunciando vitórias sobre vitórias. A imprensa, o rádio, a televisão, certos correspondentes da imprensa estrangeira são mobilizados para a divulgação da mentira oficial. Comunicados, entrevistas de generais e governadores coloniais, declarações de traidores africanos são despejados em ritmo crescente sobre a opinião pública para a convencer de que a "pacificação" é uma realidade. Segundo essa propaganda torrencial, a FRELIMO não existiria mais, o MPLA estaria reduzido a umas centenas de militantes amontoados nas fronteiras de Cabinda e de Zâmbia e, na Guiné, as forças do PAIGC teriam sido expulsas da quase totalidade das zonas libertadas.

A realidade choca-se frontalmente com a imagem que dela quer apresentar o fascismo. A mentira não tem o poder de fazer história. O "último quarto de hora" dos "rebeldes" é uma utopia em Angola, em Moçambique e na Guiné. Nunca chegará, exactamente como não chegou na Argélia e jamais chegará no Vietnã. A face verdadeira da guerra é-nos revelada pela presença nos três territórios africanos de 150.000 soldados portugueses. Apesar das "vitórias" anunciadas em Angola, na Guiné e em Moçambique, o fato real é que os efetivos do exército de África aumentam em vez de diminuir. Em Cabora Bassa — pivô da estratégia colonialista de Caetano — sucedem-se os atos de sabotagem e os acidentes inexplicados. E a FRELIMO, vinte vezes dada por desfeita, encontra a resposta adequada às bravatas dos generais fascistas assumindo a responsabilidade de anunciar ao mundo que decidiu, por todos os meios ao seu alcance, impedir a construção da grande barragem do Zambeze.

Os movimentos nacionalistas africanos sabem que têm um longo e difícil caminho a percorrer até à conquista da independência para seus povos. Um caminho em que certos revezes são inevitáveis. Mas um caminho, também, que jamais desembocará na submissão, na "pacificação" caetanista.

Para a juventude portuguesa há uma certeza: a guerra continua. A luta contra essa guerra monstruosa é uma das principais frentes de combate do povo português. No ano de 1969, quase 20.000 jovens foram considerados refratários, recusando-se a comparecer à incorporação. E mais de 500 soldados, sargentos e oficiais desertaram. Essa é a resposta da juventude de Portugal à política colonial de Caetano e às suas promessas de paz. O NÃO à guerra que Caetano proclama ter vencido é um ato de patriotismo.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

A PAZ DE CAETANO



A imagem é um ato de acusação: uma camponesa da Guiné horrivelmente queimada pelo napalm. Nharabate Na Mam, mãe de duas crianças, foi atingida pelas bombas dos aviões portugueses na aldeia onde vivia, Banta El Sila. Evacuada para um hospital do PAIGC, morreu a 15 de dezembro em consequência das queimaduras de napalm. É a Paz de Caetano!

O NOVO FUEHRER

FRANCISCO VIDAL

Muitas foram as esperanças de alguns inocentes quando o velho ditador Salazar, vencido pelos anos e pelo bom passado, "entregou os pontos" e se recolheu à vida privada — da qual para bem de tantos milhões de patriotas nunca deveria ter saído — sendo então substituído por um teórico do regime, uma espécie de Rosemberg saloio, no qual, repito, muitos — com a inocência habitualmente reinante nos países onde não existe cultura política pois a mesma é "contra a lei" — viam assim como um salvador das consciências, há tanto acorrentadas por uma ditadura das mais ferozes.

Sem querermos, imodestamente, lembrar que nunca acreditamos nessas esperanças, pois se um era mau o outro não o era menos, não podemos deixar de reafirmar que, desde o primeiro dia, tivemos a certeza completa, absoluta e sem ambiguidades, que o novo homem forte, apesar de algumas de suas palavras iniciais, apenas destinadas a mascarar os seus verdadeiros intentos, não iria mudar nada e que o nosso País continuaria tão desgraçado quanto antes, que já mais, pois enquanto as outras nações caminhavam pela senda de progresso, Portugal permanecia estagnado, o que vale dizer que cada vez mais se distanciava dos outros.

O tempo infelizmente, e ninguém mais que eu lamenta ver confirmadas as próprias previsões, encarregou-se, há muito de resto, de tornar válido o nosso pensamento que aliás para honra de uma boa parte da Oposição era acompanhado e apoiado por muitos Companheiros.

"AFRICAN REPORT"

A Revista "African Report", editada em Washington pelo jornalista Aaron Segal, sob o patrocínio do African American Institute, vem dedicando particular atenção ao estudo do problema colonial português.

No número de novembro, "African Report" publica com grande relevo um artigo de Marvine Howe, do New York Times, intitulado "Portugal at war: hawks, doves and owls" em que o autor, depois de uma minuciosa análise da situação política militar existente em Angola, na Guiné e em Moçambique manifesta a opinião de que as linhas mestras da política colonialista de Salazar são mantidas por Caetano. Sob um desenho do atual chefe da ditadura fascista lê-se uma legenda expressiva: O primeiro ministro português, Marcelo Caetano — um reformista ou um reacionário?

Noutro número da revista, Aaron Segal dedica um longo artigo aos estudos africanos no Brasil, em que faz pormenorizadas referências a várias obras editadas neste País pelos emigrados políticos portugueses. Entre elas destaca "Angola, 5 Séculos de Exploração Portuguesa", de Américo Boavida, e "Guerra em

Tivemos e continuamos a ter uma sucessão de crises para as quais não se vê qualquer solução, nem a curto nem a longo prazo. Não vamos falar de todas elas pois seria fastidioso e ocuparia demasiado espaço, tantas e tão longas são elas. Bastará no entanto recordar as manifestações estudantis que resultaram no fechamento da Universidade de Coimbra para se ter uma idéia do que representaram essas crises para um governo acabado de se instalar que, demagógicamente, prometia a liberalização do regime — como se fosse possível liberalizar uma ditadura! — e que cada vez mais se vem afundando na verbosidade do novo Fuehrer, desmentida a toda a hora pelos fatos.

Já este ano a ditadura, uma vez mais negando os conceitos tão solenemente proclamados no início do novo consulado, praticou as maiores tropelias mostrando urbi et orbe a sua verdadeira face, que não engana mais ninguém. Foram fechadas as Faculdades de Direito e de Letras e o Instituto Superior de Agronomia, presos e espancados estudantes que se manifestavam contra a guerra colonial que o atual governo, prossequindo na cega e tola política do que o precedeu, continua levando a cabo para vergonha de todos nós; foi igualmente levada para a cadeia a esposa do Major Varela Gomes, que a nova PIDE acusa de também tomar parte nessas manifestações!

Nas colónias é o que todos nós sabemos. Um exército de 150 mil homens, armados até os dentes mas carentes de qualquer ideal que os motive,

continua uma guerra de extermínio contra patriotas, mal municiados e com poucos dirigentes que conheçam a arte da guerra mas mesmo assim conseguindo levar de vencida os que, a ferro e fogo, querem seguir explorando os seus iguais, matando e torturando populações inteiras. Em desespero de causa, o Terreiro do Paço, que já perdeu uma boa parte de Moçambique e Angola e quase toda a Guiné, mobiliza agora os jovens de 16 anos, tal e qual fizeram os nazis nos últimos tempos de sua guerra já perdida, quando pretendiam dominar uma boa parte do mundo!

Há poucas semanas atrás os alunos da Escola Superior de Belas Artes, de Lisboa, fizeram o "entêrrão da escola", que aliás veio muito atrasado pois há muito foram "enterradas" as escolas em Portugal diante do arbitrio e falta de escrúpulos dos que dominam o País há mais de quatro décadas. Na Faculdade de Direito até professores foram agredidos pelos esbirros do sr. Caetano, o qual, para sensibilizar o bom burguês, vem, muito estupidamente de resto, afirmar que os movimentos são "natural tendência dos estudantes" (sic) habitualmente explorados por ativistas anarquizantes!

Saberá por acaso o novo Fuehrer o que são ativistas anarquizantes? Quererá explicá-lo? Pela parte que nos toca lamentamos não compreender nada da solene dialética de tão inclito varão que provavelmente não sabe, que as teorias anarquizantes há muito que não têm vez, sendo hoje e apenas cultivadas por umas dezenas de teóricos que permanecem no mundo da Lua!

Teria realmente muita graça se não fosse triste analisar as besteiras que dizem, a propósito e a despropósito de tudo, aqueles que, indiferentes à sorte dos seus semelhantes, longe de todas as realidades, apenas perseguem um objetivo nada nobre de resto: continuar no poder mesmo que isto signifique o fim de tudo. Como a avestruz em perigo, enterram a cabeça na areia pela incapacidade congénita que têm de resolver seja lá o que for.

Já o ex-ditador, decerto que aposentado com salário integral, pensava que após ele só o dilúvio. Como era pouco inteligente desculpava-se-lhe de certa forma o pedantismo, fruto da pouca massa cinzenta de que dispunha. E o atual que, dizem-nos, é mais lúcido que o seu antecessor, o que aliás não é difícil, pensará ele também que o dilúvio se seguirá ao seu "reinado"?

Não nos custa a crer e honestamente confessamos que, do jeito que as coisas vão, só mesmo o dilúvio poderá lavar de uma hora para a outra tanta sandice e tanta pouca vergonha, perpetrada em nome da "civilização ocidental" contra não só o povo português como contra todos os povos ainda dominados pelo pequeno grupo que manda em Portugal e que têm a infelicidade de terem nascido nas suas colónias...

O M. O. D.

Cont. na página 1)

dos as decisões das Comissões de Base, as fará chegar ao SECRETARIADO NACIONAL que as apreciará e apresentará na reunião do próximo PLENÁRIO).

3.1 — O PLENÁRIO NACIONAL, reunirá pelo menos trimestralmente, podendo também ser extraordinariamente convocado a pedido de qualquer Comissão Distrital ou Movimento Nacional, e do Secretariado.

3.2 — Compete ao PLENÁRIO NACIONAL a orientação geral do MOD sem prejuízo do disposto em 6.0.

4.0 — AGRUPAMENTOS REGIONAIS: Zona Norte — Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Póvoa e Aveiro; Zona Centro — Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Santarém e Viseu; Zona Sul — Beja, Faro, Évora, Portalegre e Setúbal; Ilhas — Angra do Heroísmo, Funchal, Horta e Ponta Delgada.

4.1 — Os AGRUPAMENTOS REGIONAIS têm como função fundamental facilitar as comunicações entre os Distritos integrados em cada Zona e o Secretariado Nacional e permitir um apoio mais directo e constante aos Distritos menos organizados.

5.0 — SECRETARIADO composto por representantes de: Zona Norte 2 — Zona Centro 1 — Zona Sul 1 — Ilhas 1 — Leiria 1 — Lisboa 6 — Santarém 1 — Setúbal 2 — Comissão de Planeamento 2 — Comissão de Organização 1 — Comissão de Informação 1 — Cada Movimento Nacional 2 — não podendo haver acumulação de representantes.

5.1 — As Comissões Distritais esforçar-se-ão por garantir a observância do processo electivo na eleição dos seus representantes e dos representantes das respectivas ZONAS.

5.2 — O SECRETARIADO tem como função fundamental executar as deliberações do Plenário Nacional.

5.3 — Ao SECRETARIADO compete também tomar as decisões, dentro da orientação traçada pelo Plenário Nacional, de que dará conta na reunião do Plenário seguinte.

5.4 — O SECRETARIADO tem igualmente a função de estudar a situação política nacional e planejar as linhas de orientação fundamentais do Movimento as quais constarão de um relatório que submeterá à aprovação de cada Plenário Nacional.

5.5 — O SECRETARIADO manterá informadas todas as Comissões Distritais e Movimentos Nacionais Específicos, tão circunstanciado quanto possível das acções realizadas e dos projectos de trabalho até ao Plenário Nacional seguinte.

5.6 — Compete ao SECRETARIADO o estudo e execução dos meios que visem aprofundar a coesão e alargamento do Movimento.

5.7 — O SECRETARIADO tem o encargo de convocar e preparar os Plenários Nacionais, centralizar os serviços de Secretaria e Tesouraria.

5.8 — Para execução destas suas tarefas o SECRETARIADO deverá criar as Comissões ou Grupos que enten-

der necessários, e que serão sempre submetidos à aprovação do Plenário seguinte.

5.9 — Os Grupos de Apoio ao SECRETARIADO têm voto consultivo.

5.10 — O SECRETARIADO, que definirá o seu funcionamento orgânico, terá reuniões ordinárias quinzenais sendo as duas decisões tomadas por maioria dos membros presentes com direito de voto.

5.11 — O SECRETARIADO criará de entre os seus membros um secretariado restrito que reunirá pelo menos semanalmente ao qual além de dar seguimento aos assuntos pendentes e inadiáveis, manterá permanente atenção aos acontecimentos nacionais.

6.0 — As COMISSÕES DISTRIAIS e os MOVIMENTOS NACIONAIS integrados no MOD conservam a sua autonomia, considerando-se que a base programática e as linhas de acção acordadas constituirão tão somente uma plataforma mínima, para além da qual as Comissões Distritais e Movimentos Nacionais poderão actuar de acordo com as suas orientações específicas.

"O BRASIL A ÁFRICA E O FUTURO"

"O tempo marcha inexorável contra o radicalismo pouco sábio do colonialismo português na África". Nessas palavras contém-se o espírito de um livro — "O Brasil, a África e o Futuro" — recentemente publicado no Rio de Janeiro pelo escritor Amílcar Lencastre. (1)

Trata-se de um dos mais importantes trabalhos editados no Brasil relativamente aos problemas africanos, especialmente no tocante à análise do colonialismo português e às tentativas de envolvimento da opinião pública e das autoridades brasileiras pela criminosa política desenvolvida na África Austral pelos governantes de Portugal, da África do Sul e da Rodésia, denunciados pelo autor como os pilares de um novo Reich Africano.

Intellectual lúcido, Amílcar Lencastre não tem ilusões quanto à política de Marcelo Caetano cujas "modificações, se as houver, serão de carácter periférico, sem qualquer profundidade". Apontando o contraste entre as soluções adoptadas em África pela França e pela Inglaterra e a intransigência do colonialismo fascista português, o autor escreve: "Portugal, lamentavelmente, prefere usar a violência em termos de política colonial, levantando contra si uma avalanche que cada vez mais vai crescendo e dificultando seu caminho, embargando seus passos a cada momento por uma série sempre crescente de condenações da ONU e do repúdio ostensivo da opinião pública mundial".

(1) — Editora Laemmert, Rio de Janeiro 1969.

Novas e comentários

O Inimigo é o Povo

O papel que o salazarismo sem Salazar atribui ao Exército, com a cumplicidade dos generais fascistas, não apresenta hoje mistério algum. Marcelo Caetano, nesse como noutros terrenos, não pode esconder o seu jôgo.

Segundo a Constituição — apesar de encomendada por Salazar — o Exército é uma instituição apolítica. Mas na prática é um dos instrumentos políticos mais importantes e eficientes do regime: o braço armado da ditadura, o seu suporte principal.

Através dos discursos da cúpula militar fascista torna-se cada vez mais claro que ela se nega a encarar o Exército como instrumento de defesa da soberania e instrumento ao serviço da liberdade do povo para o transformar de modo permanente num corpo mercenário e numa arma de repressão contra os povos das colônias e contra o próprio povo português.

“O fim em vista — declarou recentemente o general Sá Viana Rebelo — é que a Nação disponha de um instrumento, o Exército, necessário para a defesa do Ultramar e da ordem pública na rectaguarda. O caso da ordem pública é tanto mais necessário quanto se tem formado uma resistência na rectaguarda. Compete-nos ter energia para evitar que o inimigo consiga os seus objetivos”.

Trata-se, fundamentalmente, de transformar o Exército numa força policial. O general Sá Viana Rebelo não confia nos homens de contingente. Sabe que os soldados são povo e que não poderia contar com eles, nas horas decisivas, para os lançar contra os camponeses, os operários, os estudantes, os trabalhadores em geral. Esses são os inimigos da rectaguarda — todos os portugueses que discordam do regime e se batem contra a ditadura. A esperança de Sá Viana Rebelo e seus comparsas está na criação de um exército profissional e, principalmente, numa minoria do corpo de oficiais que em África se tem distinguido pelos seus crimes no comando de unidades especiais.

É esse o Exército com que o fascismo sonha, a gente com que conta para enfrentar o inimigo da rectaguarda: os operários que exigem aumento de salários, os camponeses que se batem pela jornada de oito horas, os estudantes que protestam contra a guerra, os portugueses que querem paz, pão e liberdade.

Como muito bem assinalou a Rádio “Voz da Liberdade”, a Nação de que fala o ministro do Exército não é a nossa: “é a nação dos ricos, a nação dos monopólios, a dos grandes senhores”. É para defender os privilégios dessa minoria anti-portuguesa que o Exército faz a guerra nas colônias e reprime o povo no Continente.

A opção para os soldados e oficiais democráticos é, pois, clara. Têm de escolher entre o povo de Portugal e aqueles que lhes oferecem o papel de polícias e de assassinos de populações indefesas.

O Fascismo Contra “Newsweek”

A campanha do governo português destinada a fazer crer que a guerra na Guiné está no fim acaba de sofrer um rude golpe nos Estados Unidos. As entrevistas do embaixador de Caetano, as declarações de parlamentares e políticos a serviço do lobby português, a defesa do colonialismo feita por jornalistas venais em fôlhas de segunda categoria, enfim todo o trabalho de falsificação da verdade e da história pago com o dinheiro do povo português foi destruído por uma simples reportagem publicada num dos mais importantes órgãos da imprensa norte-americana: a revista “Newsweek”.

Em sua edição de 9 de Março, “Newsweek” — cuja tiragem é superior a dois milhões de exemplares — pôs os pontos nos ii sobre a guerra na Guiné, lembrando que em poucos anos o PAIGG libertou a maior parte do território da pequena colônia, encerrando um “exército de 30.000 homens nas cidades e em fortalezas rurais isoladas”. Apondo o PAIGG como o movimento guerrilheiro de maior êxito em tôda a África, a revista assinala que muito do seu êxito se deve à invulgar capacidade de Amílcar Cabral. Aproveitando a sua presença em Nova York, onde o secretário geral do PAIGG se deslocou para entendimentos com o grupo africano nas Nações Unidas, “Newsweek” pediu-lhe que falasse sobre a sua acção de revolucionário e sobre a luta de libertação travada pelos patriotas guineenses. O simples título da matéria é esclarecedor do seu conteúdo: “O nosso exército é o nosso povo”.

Amílcar Cabral não disse a “Newsweek” nada que não seja conhecido dos nossos leitores. Mas a divulgação de verdades comezinhas sobre a luta na Guiné, nos Estados Unidos, feita por um grande órgão de imprensa, teve uma repercussão tão grande junto da opinião pública internacional que o governo de Caetano se deu conta da grave derrota sofrida.

Em Lisboa, a censura entrou em acção, como era de esperar. A circulação da revista foi proibida e nenhum jornal foi autorizado a reproduzir o texto em causa. Mas como não era possível abafar totalmente o episódio, alguns escribas fascistas trataram de insinuar que “Newsweek” tem pendor comunista...

Nos corredores do Ministério do Ultramar, comentava-se que pior do que a reportagem era o mapa. E não faltava razão, do ponto de vista governamental, aos assessores do fascista Silva Cunha. Ao lado de uma foto do secretário do PAIGG, “Newsweek” inseriu um mapa da Guiné com as zonas libertadas em azul e as áreas contestadas em tracejado. A legenda constituía um formal desmentido às bravatas do general

Spinola. Ei-la: “Cabral, o líder da guerrilha controla dois terços da Guiné Portuguesa”.

Os Jornalistas Organizam-se

Apesar do esforço contínuo do governo e dos representantes do fascismo colocados à frente dos principais jornais para limitar o número de anti-fascistas nas redacções, os jornalistas portugueses têm uma longa tradição de luta. Algumas redacções, como a do “Diário de Lisboa”, são hoje bastiões da democracia. Nelas, as teses mistificadoras e demagógicas do caetanismo sempre inspiraram repulsa.

Últimamente, porém, os jornalistas tendem a passar, como categoria profissional, de uma oposição individual a uma oposição coletiva. Não é de estranhar assim que certas experiências, hoje triunfantes em vários países europeus, sejam debatidas em Portugal com apaixonado interesse e estudados os meios para que os seus ensinamentos sejam aproveitados pelos jornalistas portugueses. As sociedades de redatores que se impuseram num jornal como “Le Monde” e numa revista como “Der Spiegel” estão inspirando certas tentativas, ainda incipientes, mas muito positivas, no sentido de uma maior participação do jornalista português na orientação da empresa em que trabalha. Em Lisboa vem-se fortalecendo desde o início do ano um movimento de jornalistas do “Diário de Lisboa” e de “A Capital” no sentido de institucionalizar as comissões de redacção. Esses organismos forçariam as empresas a reconhecê-los como interlocutores e a ouvi-los quanto à orientação da própria linha editorial.

No “Diário de Lisboa”, a totalidade da redacção participa no movimento; em “A Capital” 19 dos 25 jornalistas estão empenhados na batalha. No “Diário Popular” as condições são muito piores, devido, principalmente, à fiscalização de carácter policial que o director, Martinho Nobre de Melo exerce na empresa, relegando o próprio acionista majoritário, o deputado Balsemão, a um lugar secundário. Na “República”, o movimento foi acolhido com muita simpatia, mas o fato de quase todos os redatores e repórteres ganharem o salário mínimo prejudica a sua participação na campanha, pois a maioria tem outros empregos, encarando o jornalismo como um “bico”.

Uma das iniciativas que vem empolgando a classe é a realização de um Encontro Nacional de Jornalistas no qual seriam debatidos problemas que interessam a todos os portugueses, como o da supressão da Censura. Caetano, como era de esperar, deu já instruções para que a ideia seja sabotada pelas autoridades.

**RÁDIO VOZ DA LIBERDADE
UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS**

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

Radiografia de Um Regime

NOGUEIRA MOUTINHO

Continua recebendo a melhor acolhida do público e da crítica do Brasil o número especial da Revista Paz e Terra intitulado “43 Anos de Fascismo em Portugal”.

Sob o título “Radiografia de um Regime”, José Geraldo Nogueira Moutinho, um dos mais eminentes críticos literários do Brasil, publicou no dia 23 de março, na Folha de São Paulo, o artigo que abaixo reproduzimos:

PAZ E TERRA

43 Anos de Fascismo em Portugal

Ano IV, N.º 10, Dezembro, 1969

Diretor-Responsável: Moacyr Felix

Redator - Chefe: Fausto Cunha

“Número fora-de-série dedicado a Portugal, este volume de PAZ E TERRA constitui um dossiê cuidadosamente elaborado sobre quase meio-século de regime salazarista, a mais longa ditadura do século XX. Só um observador superficial poderia crer que o conflito entre os intelectuais e o sistema salazarista data de há pouco. Na realidade uma publicação como esta representa, ao contrário, um ponto culminante desse processo, a explosão dramática no curso de uma longa luta extremamente árdua entre o espírito e o poder. A “Apresentação” da revista mostra que se algumas mudanças aliviaram o clima político do país, nada praticamente se alterou nas estruturas do poder. Portugal continua em hibernação, no regime de esclerose autoritária, e para avaliar-se a extensão do arroalhamento a que o país vem sendo sistematicamente submetido é necessário que se leiam estas páginas: “Breve Análise da Repressão à Vida Intelectual em Portugal”, por Vitor Ramos (professor de literatura francesa na USP); “Em Torno do Obscurantismo na Universidade”, por Joaquim Barradas de Carvalho (professor de História da Civilização Ibérica na USP); “Sobre Alguns Aspectos do Colonialismo Português”, por Miguel Urbano Rodrigues (especialista no estudo dos problemas africanos); a carta dirigida em 1958 a Salazar pelo bispo do Porto, d. António Ferreira Gomes, criticando violentamente o regime; “A Situação Militar em Moçambique”, pelo jornalista sueco Anders Johansson (correspondente do “Sunday News”); “43 Anos de Fascismo em Portugal”, pelo trabalhador Augusto Aragão; “A Luta dos Estudantes”, pela universitária Maria Antonia Fiandeiro. Estes são alguns capítulos candentes do volume, que já está incorporado à documentação básica, necessária à história do Portugal do século XX, que um dia certamente será escrita. Mas não é apenas o testemunho prestado por esses democratas portugueses que chama a atenção neste número espe-

cial. Além dessas páginas, na sua maioria conferências pronunciadas em setembro de 1968 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PAZ E TERRA-10 apresenta um maciço e impressionante material documental e de depoimentos pessoais, realçando-se entre tais peças escritos relativos a Angola e Moçambique, cartas endereçadas ao Tribunal Russell, à Assembléa Geral da ONU, comunicações ao Itamarati, manifestos públicos registrados em Portugal, relatos de antigos prisioneiros políticos, etc. Nestas páginas fala a dignidade portuguesa uma linguagem política autenticamente contemporânea”.



Da secção literária do jornal “Ultima Hora”, de São Paulo, transcrevemos a seguinte apreciação:

A Revista Paz e Terra dedica o seu número 10 inteiramente ao balanço do fascismo em Portugal, reunindo autorizados políticos da oposição salazarista para dar ao leitor brasileiro uma visão verdadeira desses 43 anos de “obscurantismo para o povo português”. Desde a “Apresentação”; a mais longa Ditadura do Século XX”, passando pela “Breve Análise à Repressão à Vida Intelectual em Portugal” (Victor Ramos), “Em Torno do Obscurantismo na Universidade (Joaquim Barradas de Carvalho) ou “sobre Alguns Aspectos do Colonialismo Português” (Miguel Urbano Rodrigues) etc., a revista informa, desmistifica, esclarece, documenta. Para nós, que nada sabemos do que se passa no país irmão, estes “43 Anos de Fascismo em Portugal” são uma oportunidade rara de avaliarmos como a imprudência e a apatia reacionária podem levar à instalação de um governo fascista, durante tantos anos...”

Os interessados na obra devem dirigir os seus pedidos à nossa Redacção, R. Libero Badaró, 488, sala 50. O preço do exemplar é de NCr\$ 6,00 para o Brasil e de 2 dólares para o Exterior, incluindo a taxa postal.

AMIGO DA EUROPA OU DA AMÉRICA:
DIVULGAR
“43 ANOS DE FASCISMO EM PORTUGAL”
É COLABORAR NA LUTA CONTRA O CAETANISMO

INTENSIFICAM-SE AS Pequenas Notícias LUTAS POPULARES

Em Fevereiro e Março, as lutas reivindicativas de numerosas categorias profissionais intensificaram-se e ampliaram-se em todo o País. Ante a elevação constante do custo de vida, a população trabalhadora, embora insuficientemente organizada, mostra uma crescente disposição para forçar o governo e as grandes empresas que o sustentam a atender as suas justas reivindicações.

Eis um breve quadro dessas lutas:

TELEFONES — No Pôrto os cobradores organizaram-se para exigir um ordenado fixo em vez do sistema actual baseado na existência de comissões fantasmas. O presidente do Sindicato em vez de defender os interesses do pessoal está solidário com a Companhia e ameaça os cobradores. Estes formaram já uma Comissão de Unidade e dispõem-se a lutar por um Sindicato próprio, abandonando o dos Empregados de Escritório.

MATADOURO EM LISBOA — O descontentamento do pessoal é cada vez mais acentuado. No dia 15 de Fevereiro, revoltado com o excesso de trabalho, um operário que estava matando um boi parou. Foi o sinal de uma paralisação geral. A direcção, alarmada, chamou um veterinário com certo prestígio entre o pessoal, que conseguiu contornar a situação. Entretanto, no dia 17, ao saberem que o colega que deflagrara o movimento fôra suspenso, os trabalhadores cruzaram novamente os braços. As ameaças do director, dessa vez, foram inúteis. A PIDE e a PSP apareceram logo a seguir e cercaram o Matadouro. Mas ninguém voltou a trabalhar. No dia 18, apresentou-se o general França Borges, presidente da Câmara Municipal. A recepção foi diferente da que êle esperava. Houve operários que lhe ofereceram as choupas para êle trabalhar... A crise foi parcialmente resolvida com a readmissão do trabalhador suspenso, pagamento de horas extraordinárias e alargamento do período de férias para 24 dias.

CORTICEIROS — Mais de 600 corticeiros enviaram uma exposição ao presidente do Conselho, relatando as péssimas condições em que se exerce a sua actividade e pedindo uma completa revisão salarial.

COVINA — Os operários desta empresa conquistaram um aumento de 10% após prolongada luta.

SIDERURGIA NACIONAL

— Uma comissão de operários entregou ao director uma exposição com 1570 assinaturas — recolhidas em apenas 3 dias — reivindicando aumento geral de salários, salário igual para trabalho igual, e mais 14 exigências. O director devolveu o documento e o pessoal prepara-se para impor os seus direitos recorrendo à luta.

C.P. — A Administração da C.P. moveu um processo disciplinar contra o revisor Firmino Martins, patriota muito conhecido pela sua actividade em defesa dos ferroviários. Numa clara provocação, a direcção da Companhia, sem avisar o interessado, dirigiu uma circular aos chefes de serviço, proibindo a presença de Firmino Martins nas suas instalações. Quando aquele democrata ia entrar na Estação do Rossio gerou-se um incidente com a Polícia e Firmino Martins — ante os protestos de todos os ferroviários presentes — foi preso e conduzido ao Governo Civil. Firmino, julgado por desobediência à autoridade, foi absolvido. O juiz do Tribunal de Polícia, magistrado honesto, repreendeu severamente, em pleno tribunal, o chefe de esquadra que havia prendido o destacado democrata.

HOSPITAL DA ORDEM TERCEIRA — Houve greve, que foi comentada com muito entusiasmo em tôdas as unidades hospitalares. Só não participaram do movimento os médicos e o pessoal administrativo.

TAP — O descontentamento há muito reinante nesta empresa traduziu-se agora na constituição de um grupo que vem mobilizando o pessoal para a luta. Um documento de 70 páginas foi enviado à Administração com as contra-propostas dos Sindicatos representativos dos funcionários da TAP para um Acôrdo Coletivo de Trabalho.

OLIVEIRA & FERREIRINHA — Mercê da sua excelente organização, os 800 operários desta empresa desencadearam e conduziram vitoriosamente um movimento — assinalado por várias paralizações do trabalho — tendente à obtenção de melhoras salariais e outras vantagens. Ante a facilidade com que impuseram as suas reivindicações os operários lamentam que estas tenham sido tão modestas e preparam-se já para novas lutas.



NAO ESQUECEMOS

Cinco anos decorreram desde o dia em que a PIDE assassinou em Vilanueva del Fresno o general Humberto Delgado e a brasileira Arajary Campos. Para relembrar a opinião pública internacional que os criminosos continuam impunes e o inquérito congelado por ordens de Franco, agora acumulado com o sucessor de Salazar, em dezenas de países realizaram-se no mês de Abril programas de rádio e TV sobre o caso Delgado. Na Inglaterra, constituiu-se um Comité, presidido por Lord Gifford, que promoveu em Londres, em 27 de Abril um acto público de protesto.

"Portugal Democratico" associa-se a essa campanha internacional na certeza de que os assassinos do general Delgado não poderão fugir à justiça do povo português.

■ Alves Redol legou todos os seus bens e seu patrimônio cultural, incluindo os direitos de autor, à promoção da cultura em Portugal. Para estudar os problemas criados pelo testamento, constituiu-se uma comissão de escritores — Alberto Ferreira, Cardoso Pires e Mário Ventura — que, juntamente com o filho do grande artista, está tratando já da criação de uma Casa Cultural Alves Redol. Por sua vez, o povo de Vila Franca de Xira vai erguer um mausoléu em homenagem ao escritor.

■ Na passagem do ano realizou-se em Alhandra uma festa de confraternização democrática de que participaram cerca de 300 pessoas. A meia noite, todos os presentes saíram para a rua e percorreram as ruas da vila, em cortejo, entoando canções de resistência e exigindo o fim da guerra colonial, amnistia para os presos políticos e o fim do fascismo.

■ Em numerosas vilas do Ribatejo, a PSP e a PIDE são forçadas diariamente a arrancar tarjetas patrióticas das paredes e a apagar as inscrições que as cobrem protestando contra a guerra colonial e a repressão.

■ No quartel dos fuzileiros navais, em Vila Franca desapareceu grande quantidade de roupa, material de guerra e medicamentos. O comando suspeita que o fato, que se tornou rapidamente conhecido, esteja relacionado com a deserção de seis enfermeiros.

■ Segundo informações que nos chegam de Lisboa, a avaria que imobilizou o paquete Império teria sido provocada por um ato de sabotagem.

■ No Pôrto de Lisboa, a luta dos estivadores está sendo prejudicada pela ação de pequenos grupos cujas palavras de ordem infantilmente esquerdistas e desvinculadas da realidade objectiva só contribuem para estabelecer a confusão.

■ Na SONAFI, revoltados com a falta de aquecimento do local de trabalho, 40 operários apresentaram-se com capacetes de papel com a inscrição Contra o frio. A ironia como forma de combate parece ter criado condições para um amplo movimento reivindicativo.

■ Na Cooperativa da Foz (Pôrto) efetuou-se um Colóquio sobre o aumento do custo de vida, que foi dirigido pelo dr. Armando de Castro.

■ Na Escola Infante D. Henrique aparecem diariamente inscrições contra a guerra colonial.

■ A fábrica de máquinas de costura Oliva, em São João da Madeira, foi vendida em Dezembro ao poderoso grupo americano ITT por cerca de um milhão de contos.

■ Causou péssima impressão no Brasil a conduta equivocada das autoridades portuguesas relativamente à pretensão da VARIG de fazer escala no aeroporto de Luanda. Segundo consta os esforços da companhia brasileira esbarbaram com a oposição formal da TAP.

■ O controle da extração do cobre em Angola, pelos grupos mineiros americanos é cada vez maior. Só nas minas de Tetelo vão ser investidos 10 milhões de dólares.

■ Entre o clero progressista de Moçambique reina grande descontentamento ante a iniciativa da construção em Tete da Igreja de Nossa Senhora da Paz. Bispos e padres da colônia não só consideram absurdo que, numa região onde a guerra é uma trágica realidade, as autoridades responsáveis por essa guerra usem a Igreja para falar de Paz como lamentam ainda o custo do templo — três mil contos numa área de grande miséria e atraso.

■ Uma nova sociedade mineira sul-africana acaba de instalar-se em Moçambique: a Johannesburg Consolidated Investments Company.

■ O plumitivo fascista A. Gomes da Costa, que pontifica nas colunas da Voz de Portugal, (vulgo Voz do Dono), ficou revoltado com o lançamento do número especial da Revista "Paz e Terra" dedicada a Portugal. Investiu contra tudo e todos, desde o editor ao nosso companheiro de redação Augusto Aragão.

■ Folgado da Silveira, um modesto escriba fascista que escreve semanalmente nos jornais financiados pela embaixada de Portugal no Brasil mostra-se inconformado com a solidariedade do clero holandês aos patriotas moçambicanos. Os padres da terra de Erasmo seriam todos uns herejes subversivos. Oh! quanto pode a estupidez!

■ Por falta de socorros das autoridades responsáveis, quatro pescadores de Peniche morreram afogados a menos de oito metros da praia, quando a traineira "Maria Luisa" se chocou com uns recifes após uma avaria.

■ A Inglaterra fechou o consulado que há séculos mantinha na cidade do Pôrto.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES, 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO

SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

OUÇA A RADIO
PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Compra o n. 10 da Revista "Paz e Terra" e envia-o para Portugal

UM TARTUFO IGNORANTE

MIGUEL URBANO RODRIGUES

"Em certos círculos intelectuais e entre a juventude universitária o socialismo aparece como fórmula mágica para remédio dos males do mundo e dos cuidados da Pátria. E visto estarmos aqui para procurar as melhores vias conducentes à mais feliz solução dos problemas do nosso país não será descabido determo-nos alguns momentos a reflectir acerca das perspectivas que hoje o socialismo pode oferecer". (*)

Essas palavras poderiam ser do Conselheiro Acácio, mas poderia igualmente havê-las pronunciado qualquer general de uma Banana Republic ou o sr. Spiro Agnew. Quem as proferiu foi, no entanto, o sr. Marcelo Caetano ao receber os participantes do V Congresso da União Nacional para lhes agradecer a honra de o terem escolhido para a presidência da Comissão Central do partido oficial, agora pomposamente intitulado Acção Nacional Popular.

Sentiu-se o sr. Marcelo Caetano na obrigação de produzir um discurso de peso. As reflexões sobre o tema central da sua arenga não foram exactamente do tipo daquelas que a respeito do socialismo fariam o inesquecível personagem do Eça, o general Wessin & Wessin ou o coronel Arana Osório, mas conhecido em seu país natal pelo cognome de "El Carnicero". O sr. Marcelo Caetano é um professor universitário, um mestre da Ciência do Direito. E noblesse oblige. Pediu inclusive desculpa por ter de recapitular "noções muito elementares, de todos sobejamente conhecidas", mas tornadas necessárias pela tendência de as pessoas começarem muitas vezes pelo fim, "lançando-se em altas especulações sem terem o cuidado de previamente assentar nas idéias basilares".

Esse exórdio, rescendendo a humildade seráfica, explica talvez as reacções contraditórias que nos provocou a leitura do discurso do sucessor de Salazar.

Incluimo-nos entre aqueles anti-fascistas que consideram ter passado o tempo de trabalhos exegéticos sobre as orações dos chefes do fascismo português. O diagnóstico está feito. Em ano e meio, os atos do sr. Marcelo Caetano definiram-lhe já o perfil de modo tão nítido que as suas palavras não têm o poder de alterar a imagem que dele formamos. Não perderíamos pois um minuto com elas — até porque o homem Caetano só nos interessa na medida em que encarna o desejo de sobrevivência do regime — não fora o carácter absolutamente excepcional que apresenta este seu pronunciamento.

OS TRÊS CAETANOS

Nele emergem três criaturas diferentes que se fundem numa só: o discípulo de Salazar na técnica da mentira, cultor de lugares comuns e apologistas daquilo a que poderíamos chamar o monólogo da hipocrisia; o estadista cujo dogmatismo matizado de suficiência provinciana deixa transparecer graves lacunas culturais, a ausência de uma sólida formação política e também a pobreza do esforço de reflexão sobre o nosso tempo; e, finalmente, o político pragmático que sabe o que quer e, embora de maneira cinica, acaba sempre confessando e reafirmando os objetivos do fascismo e do colonialismo.

Do primeiro ouvimos o que dele esperavamos: que a União Nacional serve a Nação, que é um "instrumento de educação e participação dos cidadãos na vida pública",

que é seu objectivo "estabelecer um contacto permanente entre o Governo, a administração pública e a massa dos cidadãos", e outras afirmações do género, qualificadas de palpitantes pela imprensa oficial.

Foi o segundo personagem que nos surpreendeu. Da vasta obra do sr. Marcelo Caetano conhecíamos trabalhos sobre Direito Administrativo, artigos em que se define perante o sistema corporativo e dois ou três ensaios em que faz a apologia do colonialismo. Não havíamos contudo lido, até agora, coisa alguma da sua lavra em matéria de reflexão crítica sistematizada sobre as ideologias do mundo contemporâneo e os acontecimentos históricos a elas ligados. Daí a decepção — é a palavra — que nos causou a aula do prof. Marcelo Caetano aos seus pupilos da ex-UN. Pode-se respeitar intelectualmente um adversário que não se respeita como homem público. Mas o sr. Marcelo Caetano, na sua estudada lição sobre socialismo, comportou-se não como o ex-reitor da primeira universidade do País, mas como um bisonho mestre escola de aldeia.

Não esperavamos do sucessor de Salazar nem uma exposição rigorosa nem uma crítica isenta. Mas não aguardávamos também tamanha demonstração de ignorância, uma prova tão clara de que, pelo desconhecimento das idéias basilares a que aludiu, o sr. Marcelo Caetano não reúne condições para debater seja com quem for os problemas fascinantes que abordou com tanta levandade. No Palácio das Necessidades encontraria certamente algum jovem secretário capaz de lhe redigir um texto menos ridículo.

Falando num tom que oscilou entre o didatismo do compêndio do Matoso e o patético de um Barry Goldwater, com notas de Pierre Poujade, o sr. Marcelo Caetano principiou com definições escolares de uma má cartilha fascista. Em poucas linhas disse o que entende por socialismo, coletivismo e comunismo, abordando, em estilo de conversa familiar na televisão, o choque ideológico entre Karl Marx e Bakunin. Mas apenas para, numa pirueta de um século, salientar que o anarquismo, dado por defunto, havia ressuscitado em Espanha, "no meado da década de 60", irrompendo depois na França, em Maio de 68, nos meios universitários. "E daí por diante — disse — o anarquismo tornou a ser uma espécie de epidemia com que se tem de contar e que está também a grassar entre nós".

UMA IGNORANCIA ENCICLOPÉDICA

A partir dessa passagem reveladora, a aula do prof. Marcelo Caetano ganhou uma estrutura caótica, tal a confusão, tantos e tão emaranhados os erros que a esmaltaram. Medite-se, por exemplo, neste trecho antológico: "Entretanto os marxistas também se haviam dividido já no último quartel do século passado. Uns, os que constituíram o partido comunista, entendiam indispensável a conquista imediata do Estado para apressar a revolução social mediante a ditadura do proletariado. Outros, os socialistas que fundaram os partidos sociais democratas, julgavam conveniente aproveitar o funcionamento das instituições democráticas do Estado burgueses para, através delas, irem influenciando a legislação e no governo, obtendo benefícios para os trabalhadores e desgastando o capitalismo de modo a, por via das reformas e

dentro da legalidade, atingirem a meta desejada".

O prof. Caetano, basilarmente, mistura tudo o que parece apenas conhecer de ouvido. Pretendia o ex-reitor aludir ao reformismo de Edouard Bernstein e às suas implicações no movimento revolucionário da época? Assim sendo, escaparam-lhe as linhas de clivagem, confundiu as datas e revelou ignorar a terminologia científica. O vocábulo social-democrata não tinha até à Grande Guerra o significado actual. No seio da Social Democracia, mesmo após a Revolução russa de 1905, militavam tanto os bolcheviques (que só se constituíram em partido autónomo em 1912) como os mencheviques, seus futuros adversários, mas entre os quais havia facções que ao tempo se opunham ao reformismo, e os chamados socialistas revolucionários. Sociais-democratas, no último quartel do séc. XIX, eram, na Alemanha, Rosa Luxemburg, autora da celebre catilinária contra Bernstein, e Scheidemann, o homem que em 1918, como ministro de um governo social-democrata, seria a primeira pessoa a exprimir a sua alegria diante do "acto de salvação" representado pelo assassinio da sua antiga companheira de lutas. Quanto à afirmação de que os comunistas se preparavam para estabelecer a ditadura do proletariado no último quartel do século (portanto após o malogro da Comuna de Paris, em 1872) é do domínio da fantasia. Só em Abril de 1917 Lenin formulou a estratégia que deveria levar à implantação na Rússia da ditadura do proletariado.

O sr. Marcelo Caetano não se preocupa com essas minúcias históricas. Segue adiante para informar as hostes atentas da ex-UN de que "os socialistas reformistas que permaneceram na II Internacional foram duramente investidos como oportunistas pelos comunistas, agrupados na III Internacional". Qualquer manual de história mediocre lhe teria ensinado que a III Internacional só foi fundada vários anos depois do choque a que se refere. Quando a social-democracia, em 1914, se cindiu, a linha divisória não separou comunistas (o vocábulo não era sequer usado) de reformistas, mas sim internacionalistas de nacionalistas. Estes foram atacados pelos primeiros no célebre Manifesto de Zimmerwald, numa altura em que o Czar reinava ainda no Palácio de Inverno. Com o seu esquematismo maniqueísta, o sr. Marcelo Caetano transforma em comunistas reformistas tão notórios como o russo Martov e outros mencheviques e sociais-democratas moderados.

Ao voltar as suas baterias contra os sociais-democratas — agora na acepção actual do termo — o sr. Marcelo Caetano não se torna mais preciso no emprego das palavras. Continua misturando alhos com bugalhos. Depois de citar o caso peculiar do Partido Trabalhista Britânico e o exemplo dos "partidos socialistas europeus em geral (sic) existentes em países ricos", assinala que embora sem destruírem a sociedade capitalista, quando no poder, não renegam "os intuítos que prosseguem" e acrescenta que a social-democracia, contrariamente ao que muita gente pensa, é, como já havia sublinhado, "na sua doutrina, marxista, e nos seus objetivos, coletivista". Pelo visto, o prof. Marcelo Caetano ficou na leitura do

Programa de Gotha ou, quando muito, aventurou-se até Heidelberg, à Frente Popular Francesa ou ao fabianismo britânico. E contudo, seu dilecto aliado Willy Brandt, primeiro-ministro da República Federal Alemã, foi um dos artífices da histórica Declaração de Bad-Godesberg, que aboliu os últimos vestígios do marxismo no programa do SPD; Harold Wilson, outro aliado, não esconde a aversão do Labour ao materialismo dialéctico; e criaturas como os srs. Guy Mollet, Robert Lacoste, Gaston Deferre e Jules Moch demonstraram em inúmeras oportunidades (e como!) que eram incompatíveis com a colectivização dos meios de produção. Se atendermos ao facto de que na Suécia, governada há muitos anos pela Social-democracia, 15 famílias continuam controlando a maioria dos setores-chaves da economia, chega-se à conclusão de que o sr. Marcelo Caetano é um dos poucos estadistas europeus a ver hoje uma inexistente ponte entre a social-democracia e o marxismo. Por outro lado, a fórmula vaga "os partidos socialistas europeus em geral existentes em países ricos" confirma a tendência do prof. Caetano para uma linguagem acientífica. Esse "em geral" equivale a meter no mesmo saco, como se diz em Portugal, a SFIO e os PSU, o PSI e o PSIUP, a sacudir no mesmo cocktail homens politicamente tão diferentes como Savary e Rocard, Nenni, Saragat e Lelio Basso.

Para o sr. Marcelo Caetano os socialistas de todos os matizes, os hippies, os terroristas são sintomas de uma mesma e terrível doença. O ex-comissário da Mocidade Portuguesa, que mistura Mao Tse com Trotski, e alude numa boutade — uma nota espirotosa valoriza sempre um discurso — às "barbas do guevarismo", cultiva uma forma sui-generis de dogmatismo: a dos que se servem de declarações ruidosas sobre a novidade de uma situação para manterem o essencial das suas pobres idéias e para ensinarem aos outros como e porquê eles se enganaram.

A novidade da situação é a força crescente do movimento revolucionário mundial, baptizado pelo sr. Marcelo Caetano de surto anarquista, cataclismo mundial que seria, afinal, a síntese hodierna de todos os movimentos revolucionários. A escolha natural, no caso português, até um cego, segundo o ex-ministro da Presidência, a descortinaria. "Eu pergunto — interroga o sr. Marcelo Caetano, amedrontado com o espectro da revolução — se haverá outra solução que não seja a que lhe oferece agora a Acção Nacional Popular?"

Uma dúvida realmente digna de quem a formula.

A DEFESA DA REPRESSÃO

Na mais clássica linguagem salazarista, o presidente da ex-UN sustenta que "cada nação afeiçoa ao seu carácter as instituições que lhe convêm". "Pensar que em Portugal — disse — seja o tumulto dos egoísmos, a vezeira dos ideólogos ou a negação da autoridade que possam trazer remédio para os males de que nos queixamos não é sequer ingenuidade. Só pode reconizá-lo um espírito de auto-destruição".

Foi nessa parte da sua fala que o sr. Marcelo Caetano pôs de lado o tom professoral e, renun-

ciando a digressões pelo tempo e pelo espaço, reveladoras do seu fraco background histórico e ideológico, fez profissão de fé nos destinos do fascismo e do colonialismo, embora, nesse terreno sim, com todas as cautelas terminológicas. É o terceiro Caetano, o porta-voz do regime, o adversário real dos democratas portugueses.

Agitou ainda o papão do anarquismo. Mas com objetivos transparentes. "Perante a vaga de anarquia que percorre o mundo — salientou — e ameaça subverter liberdade, família, religião, leis e instituições, seria criminoso desarmar o Estado dos seus meios defensivos, que são afinal os protetores da vida, do trabalho, do bem-estar e do progresso dos cidadãos".

Não se trata, como antes, de grosseira ignorância. O sr. Marcelo Caetano sabe perfeitamente, como jurista, que as leis são feitas pelos homens e que as instituições do Estado fascista têm por fim garantir a exploração da maioria pela minoria. E sabe igualmente que o facto fundamental nos acontecimentos de Maio de 68 em França não foram as batalhas estudantis, e muito menos a atuação de anarquistas como o jovem Cohn-Bendit, mas sim a entrada na luta da classe operária; tal como sabe que a crise política endémica em Itália (Cont. na página 6)



"Não estamos a sustentar uma guerra colonial"

Pela amnistia e contra a repressão

Pela Liberdade de O. Pato

Ao ministro do Interior, com milhares de assinaturas, foi encaminhado o seguinte documento, pedindo a libertação imediata de OCTAVIO PATO.

Excelência: Os signatários, quando se dirigem a V. Exa., não consideram diferenças que existam quanto a ideologias políticas ou ideológicas. Move-os o respeito pela pessoa humana e pelos direitos do homem e o desejo de contribuir para o progresso do País quando pedem a libertação de OCTAVIO FLORIANO RODRIGUES PATO.

Com efeito, Octávio Floriano Rodrigues Pato foi preso nas duríssimas condições prisionais que se vivem na Cadeia do Forte de Peniche. Condenado a oito anos e meio de prisão, acaba a pena em Junho do próximo ano, mas nessa altura principiará o cumprimento de 3 anos de medidas de segurança prorrogáveis.

Para a consciência dos signatários, como para a de tantos e tantos portugueses, não pode deixar de constituir permanente peso o saberem que um homem honesto, a quem ninguém poderá apontar acção menos digna, que um homem válido, como o País tanto necessita, continue, e ainda ao fim de tantos anos, privado da liberdade que tão cara lhe é.

Sabem ainda da situação difícil em que se encontram a mulher e os três filhos menores de Octávio Floriano Rodrigues Pato e podem facilmente imaginar as carências de todo o tipo, a começar pelas de ordem material que a sua ausência provoca na vida familiar.

Por tantas razões, e tão sólidas, se dirigem os signatários a V. Exa. para pedir um acto que consideram de justiça e humanidade: a libertação de Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Um documento com mais de 1500 assinaturas, pedindo a libertação de JORGE ARAUJO foi entregue ao ministro do Interior em audiência especial por um grupo de familiares e amigos daquele patriota, que acaba de cumprir sete anos de prisão.

Nova Vaga de Terror Policial

Não há dúvida de que o actual Governo teria todo o interesse, para a sua política de salvação de um regime que defende os privilégios sociais e económicos de poucos, em não efectuar prisões, desde que por seu lado, a população não reivindicasse os seus direitos. Mas a população é que não pode continuar a aceitar passivamente a catastrófica situação em que se encontra. Os seus problemas não se resolvem com superficiais conversas de lareira nem com pequenas esmolas que do alto lhe são atiradas: na verdade só participando activamente na vida política nacional, só intervindo na administração pública dum país que é seu, só to-

mando o destino nas suas mãos, é que a população deixará de ser objecto de paternalísticas tolerâncias que mais não fazem senão rodear os problemas em vez de os resolver. Por isso, diversos sectores da população portuguesa têm, nos últimos tempos, formulado as suas justas reivindicações e exigido o reconhecimento dos seus legítimos direitos, que em muito ultrapassam o montante das "esmolas" que o Governo está preparado para oferecer. E daí o início imediato da repressão de que damos a seguir notícia.

— Em Setúbal, o Governador Civil proíbe que os democratas levem a cabo operações de recenseamento, ameaçando-os com prisão.

— Em Lisboa (Alcântara) foram detidas 21 pessoas que se preparavam para recensear os habitantes daquela freguesia, entre as quais Eng. Jorge Silvestre (candidato a deputado por Leiria nas últimas eleições) Isabel Tavares da Cruz (mulher do candidato por Setúbal Dr. José Antonio Tavares da Cruz), Rosa Cardoso e vários estudantes de Agronomia.

— Em Vila Franca de Xira é arbitrariamente preso o democrata Carlos Cruz.

— Em Lisboa, é preso na sua residência e levado para Caxias o Dr. Francisco Salgado Zenha, por ter estado na Faculdade de Direito, onde ia realizar uma conferência.

— Sob pretextos diversos foram presos Graça Melo, Clementina Morais, Antonio Neto, Jorge Afonso, Maria Eugénia Varela Gomes e Manuela Régio.

— Os médicos dos Hospitais Civis de Lisboa, em greve por melhores condições de trabalho e assistência aos doentes, vêem assaltadas as suas instalações e apreendido um comunicado seu dirigido à classe, tendo sido preso o Dr. Carlos Matos Chaves de Macedo.

— Também a Livrelco — Cooperativa Universitária de Livros — foi assaltada e apreendidos muitos livros.

— As salas de Estudos Jurídicos da A. A. da Faculdade de Direito foram assaltadas por elementos que se recusaram a identificar-se e foi brutalmente espancado o estudante Alberto Costa (proposto a candidato por Leiria nas últimas eleições).

— No passado dia 17 de Fevereiro iniciou-se no Tribunal Plenário de Lisboa o julgamento dos democratas Ricardo Horta, Manuel Pedro, Angelo Veloso e Cabral Matos que descreveram, em plena audiência, as torturas e sevícias que sobre eles foram exercidas, apontando a dedo alguns dos seus autores presentes na sala.

Em todos os casos os processos da policia são os de há muito conhecidos: as leis não são cumpridas, os assaltantes não se identificam e os presos são objecto de gravíssimos maus tratos. Tudo é norteado pela idéia-mestra de que a população não tem direitos, não há que lhes dar quaisquer explicações, de que é objecto e não sujeito.

Após um curto intervalo no exercício das suas funções, em parte devido à descoberta e desmantelamento da conspiração do seu ex-sub-director Sachetti, a PIDE retoma agora o seu papel, hoje igual ao de há 40 anos. Com ou sem Sachetti, sob a direcção passada do ditador Salazar ou sob a actual direcção do ditador Caetano, a PIDE, que mais uma vez

UM TARTUFO ...

(Cont. da página 5)

não nasce das inexpressivas actividades das organizações terroristas, mas da combatividade, da força e da organização de um proletariado imunizado contra as retóricas idéias libertárias.

O ministro Caetano invocou a anarquia e os anarquistas para justificar a repressão e a ordem social e económica que sustenta o fascismo e é por ele, simultaneamente, sustentada.

"Não podemos admitir o enfraquecimento da autoridade. Tudo o que represente ou signifique, neste momento, transigência com as forças da desordem tendente à subversão social pode acarretar gravíssimas consequências para o futuro do país". O conciliador "liberalizante" arremessa a máscara. "Só uma firme e sã disciplina — advertiu — pode evitar as repressões que não desejamos, mas que, às vezes, a salvação pública torna inevitáveis".

O sistema obedece a uma lógica a que não foge. A tecnocracia fascista só é eficiente se existir uma adequação perfeita entre os fins e o modo de organização. No caso de Portugal, o aparelho do Estado fascista exprime a sua função. O que menos importa são as roupagens com que o sr. Marcelo Caetano se esforça por cobrir a política que lhe cabe executar. Sobre ela diz o suficiente para que não subsistam dúvidas sobre os fins a atingir e os meios de que lançará mão para defender o sistema de exploração vigente. É secundário que venha a lume debitar sandices sobre a natureza do capitalismo e leve o seu cinismo ao ponto de exaltar uma suposta condição privilegiada do proletariado português por virtude do corporativismo que teria "urldido toda a tela de protecção ao trabalhador à medida que a economia se ia desenvolvendo e isso sem que fôsse necessária a luta aberta e o sofrimento doloroso que noutros países a conquista de direitos do trabalho custou à classe operária".

Essa negação da luta de classes em Portugal, frontalmente desmentida pela realidade quotidiana, é tão irrelevante como a afirmativa grotesca de que o Estado Corporativo português pôs em prática "aquilo que os partidos socialistas se propuseram fazer nos países onde existem". Bem mais importante politicamente do que as manifestações desse delirante dogmatismo subjectivista — que constituem um subsídio à compreensão da mentalidade provinciana do Tartufo que sucedeu a Salazar — são as linhas gerais da política que o Estado fascista continuará desenvolvendo. Declarou o sr. Marcelo Caetano estar disposto a "prosseguir, com perseverança, no esforço de proporcionar a todos os portugueses iguais oportunidades de educação e cultura. Poucos países, aliás — esclarece —, terão tão largas tradições de acesso social conferido pela escola". Traduzida essa intenção para português corrente, ficamos sabendo que Portugal continuará tendo uma universidade de classe e que o acesso à instrução e à cultura permanecerá um privilégio

— a sexta! — mudou de nome, continua a sua obra de subversão da ordem e do direito e da intimidação de todos os portugueses que não querem abdicar dos direitos de cidadania.

(Reproduzido de um comunicado de M.O.D.)

de insignificante minoria. Em outras palavras: sob o governo do sr. Marcelo Caetano manteremos dois recordes humilhantes: a mais elevada taxa de analfabetos de toda a Europa e a menor percentagem de população universitária. Essa a tradição que deverá ser defendida.

No domínio económico e social, a palavra de ordem do mestre de Direito Administrativo não é mais difícil de interpretar. "Liberdade, propriedade individual, empresa privada — advertiu — têm de ser concebidas e reguladas de modo a que cumpram a sua função social: não ria tolerável que prejudicassem os interesses coletivos". A charada não oferece mistério: o poder dos monopólios nacionais e estrangeiros será reforçado, a exploração das classes trabalhadoras acentuar-se-á, e uma escalada na repressão será a resposta dada a todas as tentativas populares no sentido de forçar o Estado a respeitar os direitos individuais da pessoa humana e a atender as legítimas reivindicações materiais dos explorados.

A GUERRA QUE NÃO EXISTE PROSEGUIRÁ

Outro dos pontos capitais da política esboçada pelo sr. Marcelo Caetano é aquele em que fala dos "nossos irmãos radicados em terras do Ultramar". "O abandono — sublinhou o ex-ministro das Colónias — não seria só sinal de covardia: corresponderia também a condenar territórios hoje florescentes e pacíficos à desolação e à turbulência. Não estamos a sustentar uma guerra colonial, como a cada passo os inimigos de Portugal insinuam. Mas a defender a ordem, a harmonia social e o trabalho fecundo de territórios onde a grande massa da população mostra na vida cotidiana a sua determinação de permanecer portuguesa". Aquil a linguagem tartufesca do sr. Marcelo Caetano não apresenta ambiguidades para o leitor. A escalada bélica prosseguirá. Os 150.000 homens do Exército de África não regressarão a Portugal enquanto ele governar. A juventude de Portugal continuará a matar e a morrer em África em defesa do **frabalho fecundo** que possibilita os lucros astronómicos de monopólios tentaculares como a Anglo American Corporation, a Societé Generale, a Gulf Oil, a Krupp e outros colossos semelhantes. Os **florescentes** territórios de Angola, de Moçambique e da Guiné (com uma renda média per capita inferior a 120 dólares canalizada para as grandes companhias e para a minoria branca) usufruirão como hoje de uma ordem que se reflecte na emigração maciça das populações fronteiriças e em actos de genocídio condenados pela Assembléa Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como crimes contra a Humanidade. A paz desses oásis coloniais, onde a percentagem de analfabetos africanos excede 98%, será mantida pelo aparelho militar do fascismo e as **turbulentas** aldeias dos países vizinhos serão amiúde bombardeadas pela artilharia portuguesa. E do Casamansa ao Zambeze, aviões com as cores da República Portuguesa descarregarão regularmente napalm sobre povoações cujos habitantes rejeitam a harmonia social enaltecida pelo sr. Marcelo Caetano.

O CAMPO DO POSSIVEL É IMENSO

A esmagadora maioria dos democratas portugueses não sentiu

a menor dificuldade em entender o estranho ideário proposto ao País pelo sr. Marcelo Caetano na solene recepção aos seus discípulos, soturnos, hieráticos colegas da ex-UN. Nada existe, aliás, de original nas idéias e planos com que o chefe da ditadura fascista quer "construir uma vida mais feliz para os portugueses". O sr. Marcelo Caetano não nega o continuísmo ideológico. O seu sistema de princípios — é ele quem no-lo recorda — está contido desde 1933 na Constituição imposta por Salazar. Considera-se um guardião da ordem fascista, onde quer que ela seja ameaçada, nas ruas de Lisboa, nas colónias, nos campos do Alentejo, nas fábricas do Barreiro, nas minas, nas universidades.

Um mérito terá tido o seu discurso: o de persuadir anti-fascistas hesitantes de que não há solução pacífica para o problema português. O poder político, no Portugal de hoje, continua sendo a pedra angular de toda a estratégia revolucionária, e a luta pela sua conquista apresenta-se como o ponto de convergência das tensões cada vez maiores que emergem na sociedade portuguesa.

Urge canalizar estas para uma teoria da organização que está intimamente ligada a uma hipótese de revolução e dela não pode ser separada. Nesse sentido, o M.O.D. é, sem dúvida, um passo em frente.

Não é por acaso que assistimos impotentes ao espetáculo grotesco oferecido ao País e ao Mundo por esse professor de Direito que exhibe uma pasmosa ignorância com a tranqüila certeza de que os seus disparates serão exaltados como sábios ensinamentos. A sobrevivência do fascismo em Portugal é um absurdo lógico. Todos nós somos culpados por 43 anos de opressão, todos temos uma parcela de responsabilidade nos crimes do regime. Mas há também em todos os autênticos combatentes anti-fascistas uma serena confiança no futuro, a convicção de que o inimigo é vulnerável e poderá ser abatido com uma facilidade muito maior do que ele próprio imagina. Jean Paul Sartre tem razão quando lembra que o Vietnã nos ensinou que o campo do possível é imenso e que não devemos resignar-nos.

Os portugueses são homens arrancados do tempo por um regime iníquo. Mas não podem fugir às escolhas do século. Na esfera da produção como na do consumo, na de ciência como na da cultura, no choque entre as forças da paz e as que desejam perpetuar a violência e a ignorância, — a libertação crescente das energias criadoras coloca-nos a todos perante a obrigação de uma escolha entre o sistema de exploração e de lucro e outro de controle humanizado sobre a produção e o consumo. O combate contra o fascismo em Portugal é um episódio dessa batalha mais ampla que envolve o destino da humanidade. Não temos dúvida sobre o seu desfecho: um levantamento nacional vitorioso. Em Lisboa reina ainda a ordem fascista. Mas, em dia não muito distante, voltará a reinar a liberdade.

(*) Para as citações do discurso do sr. Marcelo Caetano utilizamos o texto divulgado pelo jornal oficioso "A Voz de Portugal" em sua Edição de 28 de Fevereiro p.p.

Declarações de Desertores

Publicamos abaixo as declarações de mais alguns desertores do Exército Português, libertados pelo PAIGC e cujos relatos são esclarecedores do carácter monstruoso da guerra de genocídio desenvolvida pelo governo colonialista de Caetano.

MANUEL VERISSIMO VIZEU

Cabo n.º 67411/67.

Nascido em 29 de agosto de 1946, em Mértola, distrito de Beja, Filho de Manuel Ribeiro Vizeu e de Maria Francisca Verissimo. Solteiro. Serralheiro. Habilitações escolares: instrução primária.

Chamado para o serviço militar em 24 de outubro de 1967, faz a recruta no Regimento de Infantaria 3, em Beja. Partiu no dia 1 de maio de 1968 no navio Niassa, mobilizado pela 15.ª Companhia de Comandos, com destino à Guiné (Bissau). Participou em vários combates na região de Jabada. Desertou em 5 de setembro de 1968.

Depois da Companhia ter terminado o seu estágio de instrução especial, partimos para uma operação em Jabada. Saimos de Bissau durante a noite, em pequenos botes da marinha até à zona de operações.

Desembarcámos num pântano e seguimos através da selva sob uma grande tempestade. Atingimos o objetivo pelas 6 horas da manhã. O objectivo era uma aldeia só com população civil. Aproximadamente 80 metros da aldeia, com a Companhia em posição, o Comandante deu ordem de atirar sobre a aldeia com a maior potência de fôgo possível. Matámos 20 pessoas, às quais depois cortámos as orelhas... A maior parte da população conseguiu fugir. Os que não puderam fugir foram feitos prisioneiros. A Companhia roubou tudo o que era possível roubar e queimou em seguida todas as casas... Numa outra operação fomos na zona de Binar. A tropa roubou todas as vacas, todas as cabras das aldeias por onde passou. Este gado era enviado em barcos para Bissau, como aconteceu por exemplo uma vez antes da minha deserção: uma Companhia de "paraquedistas" foi na zona de Jabada e roubou 200 vacas à população. Depois, destruiu e queimou toda a aldeia e levou ao porto de Jabada 140 pessoas.

A 5.ª Companhia de Comandos teve várias vezes como objectivo cidades só com população civil: as cidades foram destruídas e toda a população morta — homens, mulheres e crianças.

A 3.ª Companhia de Comandos tinha como chefe o capitão Cardoso que era também um oficial da PIDE. Esta Companhia penetrava na selva para destruir as aldeias. O capitão Cardoso ordenava o ajuntamento de toda a população, às vezes 60, às vezes 80 pessoas, e ordenava a seguir que a tropa matasse toda a gente, mulheres e crianças incluídas. Algumas vezes a tropa partia porque não podia ficar muito tempo na aldeia, e pedia à aviação para arrasar e bombardear tudo o que restava.

Estas Companhias mataram muitos prisioneiros do PAIGC e

roubaram muito gado à população.

A 15.ª Companhia de Comandos partiu para Contima que está a 800 metros da fronteira do Senegal, local onde se suspeitava que o inimigo se abastecia de munições. Partimos nesta zona para terminar um estágio operacional de 40 a 50 dias. Na região de Contima, todos aqueles que lavram a terra são armados pelo Exército Português para segurança da zona do campo militar. Crendo-se em toda a segurança a Companhia tinha a permissão de ir à caça.

Um dia pedi a um alferes a permissão de sair da caserna para ir ver uma lavanderia. Tendo obtido a permissão parti em uniforme e com armas e escondi-me para que nenhum oficial me visse sair da caserna armado. Abandonei o campo com um camarada que na fronteira arreplei caminho explicando que tinha medo de ser torturado e morto pelos combatentes do PAIGC. Mas durante os minutos em que falava com ele, ensaiando convencê-lo a vir comigo, os guardas da fronteira viram-nos, pois estávamos numa zona descoberta. Os soldados de Contima diziam que no Senegal havia acampamentos do PAIGC, e a minha ideia era chegar a uma aldeia do Senegal e pagar a alguém que me conduzisse a um acampamento do PAIGC. Quando me dirigia a uma Bolanha a fim de falar às pessoas que ali trabalhavam fui cercado pelos soldados que guardavam a fronteira e que me tinham visto. Fui transferido para Kolda e em seguida para Dakar, onde fiquei dois meses.

Desertei porque tendo nascido no Alentejo, conhecia bem a miséria que grassa nesta Província explorada por cinco ou seis proprietários de terras.

Uma vez chegado à Guiné notei que todas as terras pertenciam aos "trusts": C.U.F., Ultramarina e Gouvela. Compreendi então que não eram os interesses do Povo Português que eu defendia, mas os interesses daqueles monopolios. Compreendi que nós, soldados portugueses, éramos todos enganados. Percebi então também que os salazaristas são bandidos e assassinos. Tendo compreendido tudo isto, não podia mais obedecer às ordens fascistas, e desertei.

O PAIGC instalou-me na sede do Partido, em Dakar, onde havia combatentes feridos. Fui ali muito bem recebido, como se fosse um irmão. Estive ali 4 dias. Depois tomei o avião para Conakry onde fiquei durante 15 dias. Ali também me receberam fraternalmente. Deram-me algum vestuário e outras coisas de que tinha necessidade. Fiz uma declaração na Rádio do PAIGC.

Bartolomeu Lourenço Vilhena

Cabo-chefe paraquedista n.º 37/64.

Nascido em 5 de maio de 1946, em Aljustrel, distrito de Beja. Filho de Bartolomeu Lourenço Luz e de Isilda Gomes Vilhena. Casado, dois filhos. Empregado de

Comércio Habilitações escolares: 1.º ciclo do Ensino Secundário. Em 23 de dezembro inscreveu-se como voluntário para o serviço militar no Regimento de Caçadores Paraquedistas, em Tancos. Foi mobilizado por este mesmo Regimento para a Guiné. Partiu em 20 de maio de 1968, por avião. Participou em vários combates em quase todas as regiões operacionais para a Guiné. Desertou em 3 de abril de 1969.

As razões que me levaram a desertar estão ligadas ao facto de que era obrigado a assistir a massacres ordenados pelos oficiais contra as populações sem defesa, e por outro lado um desejo ardente de militar nas fileiras da FPLN afim de fazer o que pude-se pelo meu Povo, para desmascarar o regime fascista de Salazar e Caetano, e outros exploradores que fazem das massas camponesas e operárias escravos que vivem na miséria a mais degradante.

Com quatro anos de vida militar (um na Guiné) é natural que eu tenha tomado a decisão de desertar do que tenho plena consciência, mesmo se fôr necessário cumprir no futuro uma missão revolucionária. Estou pronto a todos os sacrifícios.

Vi crimes que nunca imaginei ver um dia.

Em agosto de 1968, na região de Fuilacunda, um piloto da Companhia de paraquedistas atirou com a sua arma alguns tiros sobre uma velha negra, que poderia ser sua mãe, no momento em que esta tentava escapar às tropas coloniais.

O oficial paraquedista Terras Marques, do terceiro pelotão da Companhia 122, ordenou e tomou parte em massacres de populações dos tabancas, cujas aldeias eram queimadas com os seus habitantes.

O piloto aviador Onorio bombardeou aldeias com bombas de napalm e fósforo. Este cavalheiro, um verdadeiro fascista, gabava-se dos seus crimes, pelos quais

Mutilados de Guerra Protestam

No Anexo do Hospital Militar de Lisboa, em Campolide, 800 mutilados da guerra colonial organizaram com êxito um levantamento de rancho. O movimento começou às 6 horas da tarde e, apesar de todas as ameaças feitas pelo coronel diretor do hospital e dos apêlos hipócritas do capelão ninguém tocou na comida, embora todos os presentes, para marcar bem os objetivos da iniciativa gritassem bem alto TEMOS FOME! Os soldados da guarda solidarizaram-se com os mutilados. O povo das vizinhanças veio para a rua e as janelas dos prédios que dão para o hospital encheram-se de gente, sendo todos os comentários favoráveis ao movimento dos mutilados. A Censura, entretanto, não permitiu que os jornais publicassem nada a respeito do acontecimento.

ele era bem pago. O preço, para a população, eram inúmeros mortos e terríveis queimaduras sobre o corpo das mulheres e das crianças.

O sargento Silva Pires matou um moço quando este procurava escapar à prisão.

O capitão Pinto comandante da Companhia 121, ordenou aos soldados que marchassem sob o fogo dos nacionalistas enquanto que ele se abrigava covardemente.

O general de brigada Spinola ordenava destruição das cabanas indígenas, acompanhado do roubo de gado, enquanto ele sobrevoava a região de helicóptero controlando a operação.

Vi moças violadas por sargentos e oficiais.

Na região de Jabada as tropas colonialistas cometeram alguns dos crimes desta guerra. Em certo dia, no decurso de uma campanha de destruição de aldeias, as tropas depararam com a resistência de um habitante que não se queria render. Todos os outros habitantes da aldeia tinham fugido. Então as tropas colonialistas detaram três granadas no interior de uma casa onde se tinha escondido o único habitante. Pouco depois das explosões, vemos sair um homem, completamente irreconhecível pelas queimaduras. Neste estado foi obrigado a acompanhar as tropas, sem ser tratado. Morreu logo a seguir.

Mas não é o Povo da Guiné a única vítima. Para além dos combatentes e do povo indígena, os soldados portugueses são também vítimas dos oficiais, notadamente das longas permanências na selva onde a condição dos soldados é apenas suportável.

O tenente-coronel paraquedista Fausto Ferreira Marques põe em acção os seus homens constantemente, enviando-os à selva, ao passo que ele fica na tranquilidade do seu gabinete, no Estado-Maior, ou controlando de avião os movimentos das tropas. É no peito de

homens como este tenente-coronel Ferreira Marques que o governo põe as altas condecorações de regime. Os ignorados da guerra, os soldados, são a massa anónima de que os senhores da guerra se servem para atingir os seus objetivos criminosos.

Muitas vezes, no momento em que os combates se desenrolam na selva, os oficiais, esperando os resultados destes combates, dão-se a orgias escandalosas nos bairros militares de Bissau.

Penso que a guerra colonial é um meio de enriquecimento para muitos oficiais. A prova reside no facto de que, quando terminam uma comissão, existem sempre aqueles que se oferecem voluntariamente para novas comissões.

A minha preparação militar, antes da minha chegada à Guiné Bissau, fez-se em Portugal durante 18 meses, passando pelas seguintes fases: 5 meses de recruta; 6 meses de curso de paraquedismo; 4 meses no curso de combate; 15 dias de preparação na montanha; 7 meses do curso para sargentos.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

Filial - Rio de Janeiro: P. Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 222-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luís Fernandes e Angelo Ferreira da Silva R. do Hospício, 148. 1.º. Apto. 108

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BELGICA: Mercedes Guerreiro — Av. Schaarbeek, 668 — 1.800 — Vilvorde — Bruxelles — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Klarenburg 253 — Amsterdam — 18.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 357 1/2 College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário

A. dos Santos
7405 d'Outremont Ave. — Apt. 3
Montreal 303, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay, Casilla de Correo n.º 2128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: Joao Ribeiro - Postovni Urad/Jindřiská UL C. 14 Štránka 646 — Praha 1 — Tchecoslovaquia

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" - 2, Place François Villon - Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Líbero Badaró n.º 488 — 5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933
Caixa Postal, 6248

Composto na
Letras Editôra Ltda.
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,30
Assinatura anual ... NCr\$ 5,00

Ano XIV - N. 149 - Abril - Maio de 1970

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

REMETA

ESTE NÚMERO PARA

PORTUGAL

O 31 DE JANEIRO O POVO LUTA NAS RUAS

PORTO (Do correspondente) — Pela primeira vez nos últimos anos, a passagem de aniversário da Revolução Republicana do 31 de Janeiro foi assinalada por grandes manifestações populares e por importantes choques entre o povo e as forças de repressão.

Nesta cidade, apesar do imponente aparelho policial concentrado junto do cemitério, o povo reuniu-se em volta dos túmulos dos heróis de 1891 para os discursos programados. Logo depois de falarem o eng. Mem Verdial e o dr. Raul de Castro, um capitão da PSP subiu para um túmulo e exigiu, insolentemente, que a cerimónia fosse encerrada. A multidão reagiu com gritos de "fora" e "abaixo a PIDE". Quando a efervescência era maior alguém deu um grito que foi transformado em palavra de ordem: "Todos ao Governo Civil para protestar contra a proibição". Organizou-se então um cortejo que foi engrossando à medida que o tempo passava. Os moradores da zona vinham à janela e aplaudiam os manifestantes que gritavam slogans anti-fascistas. Apesar de todas as tentativas da polícia para desfazer o desfile — algumas muito violentas — os manifestantes prosseguiram e na Praça dos Povos eram ainda mais de 300. No cimo da rua de Santo António, a PSP e a PIDE fizeram nova carga, usando os cassetetes a torto e a direito, obrigando muita gente a refugiar-se na Igreja de Santo António. Nesse momento já havia vários feridos e muitos jovens tinham sido presos, especialmente operários. Certos grupos enfrentaram os ataques policiais cantando o hino nacional.

No Teatro Nun'Alvares realizou-se à noite um acto público promovido pelo Movimento da Oposição Democrática. O ambiente era de exaltação patriótica e de grande combatividade. Nas paredes haviam faixas que a PIDE, inutilmente, tentou arrancar: "Apoio aos operários da Oliveira Ferreirinha em greve", "Para trabalho igual, salário igual", "Fim da guerra colonial", "Amnistia!", " regresso dos Exilados Políticos" e outros.

Iniciada a sessão, o mesmo capitão que havia estado presente no cemitério, interrompeu um dos oradores para se insurgir contra uma alusão à guerra colonial. Mas recebeu uma vaia colossal e nada pôde fazer. Entre os oradores da noite, o dr. Humberto Soeiro, Sottomayor Cardia e Jorge Amaral foram particularmente aplaudidos.

A saída do teatro, para intimidar o povo, havia numerosas carrinhas da polícia e à porta, formado, um pelotão de choque entregou-se a várias provocações.

EM VILA FRANCA

(Do correspondente) — Foi no dia seguinte ao 31 de Janeiro que Vila-Franca comemorou a data com uma

das maiores manifestações populares dos últimos anos.

As autoridades fascistas advertidas haviam montado um imponente esquema de "segurança". Logo de manhã chegaram a esta povoação 10 carrinhas e um autocarro cheios de polícias de choque com equipamento especial e muito cães. Depois de se exibirem pelas ruas, ante as vaías do povo, dirigiram-se para o cemitério que foi cercado numa clara manobra intimidatória. Mas às 11,30 começaram a surgir grupos compactos que pouco tempo depois formavam já uma multidão de seiscentas pessoas. O comandante do policiamento, irritado, ordenou aos "romeiros" que se dispersassem. A resposta foi uma palavra de ordem logo obedecida: "Para o Largo da Câmara!". A massa avançou em silêncio. Ao chegarem ao largo, os manifestantes eram já mais de 800. Nos passeios e às janelas havia muita gente que principiava a vaiar a Polícia. De uma rua desembocou então outro cortejo, de umas trezentas pessoas, com muitas flores. Aplausos. O povo começa a gritar "Abaixo a PIDE", "Abaixo a Guerra Colonial" e "Liberdade para os Prêso". A multidão encaminha-se pelas ruas estreitas da parte mais pobre da vila. Mulheres às janelas, aplaudem e repetem palavras que os manifestantes dizem. Diante da casa do dirigente operário Octávio Pato preso em Caxias — o desfile detem-se um momento. A mãe daquele patriota surge a uma janela com lenço branco e acena para o povo. Ouve-se um clamor: PATO! PATO! É um dos instantes de maior emoção do dia. A multidão volta ao centro, entoando o hino nacional. Junto do Mercado, vários piquetes da polícia de choque investem furiosamente contra os manifestantes, já então mais de 1.000. Os esbirros usam novas táticas. Uma primeira fileira avança de viseira baixa, cai sobre o povo urrando e manobrando os cassetetes, enquanto açula os cães. A segunda fileira, na retaguarda, espera que os primeiros manifestantes se dispersem para lhes fechar as saídas e os espancar brutalmente. A confusão é generalizada. A polícia acaba penetrando no mercado e deruba várias tendas entre clamores de "fora, fóra", "abaixo a PIDE", "Viva a liberdade". Há feridos, gente desmaiada, sangue no asfalto. Um pequeno grupo refugia-se numa igreja, no momento em que acabava uma missa. Muitos fiéis são espancados por engano. O diácono Carlos Cruz, à porta, protege alguns populares. A polícia intima-o a retirar-se. Recusa e é preso.

A raiva da polícia é imensa, pois apesar de todas as violências cometidas a gritaria é cada vez maior. Vila Franca grita nas ruas o seu ódio à ditadura, responde às matracas e às coronhadas com brados de "Viva a Liberdade", "Abaixo a PIDE" e "Paz".



Restos de um caça bombardeiro da Força Aérea portuguesa abatido pelos combatentes do P.A.I.G.C., em Canquelita, no dia 2 de Dezembro.

A Farsa do Recenseamento

Numa clara demonstração de que o trabalho de organização realizado está dando os primeiros frutos, o Movimento da Oposição Democrática, apesar de não poder atuar legalmente, desenvolveu nos meses de Fevereiro e Março intensa atividade tanto na luta contra a repressão e pela amnistia como na denuncia da política demagógica do governo.

Para desmascarar as manobras de Caetano relativamente ao recenseamento eleitoral, o MOD distribuiu em todo o País, profusamente, o comunicado que abaixo reproduzimos, cuja publicação na imprensa foi proibida pelas autoridades:

"Estamos em pleno perigo de recenseamento eleitoral, o que significa que atravessamos um dos momentos mais significativos da vida política do País. A proximidade de eleições para Juntas de Freguesia torna-o particularmente importante, pois o que vier a passar-se será consequência directa do que agora tiver sido feito.

Apenas os cidadãos cujos nomes constarem dos cadernos eleitorais participarão na eleição daqueles que virão a ser os representantes oficiais dos seus interesses e aspirações. O recenseamento é sem duvida um dos pontos mais importantes de qualquer processo eleitoral, o que as últimas eleições legislativas bem evidenciaram.

Tem o Governo procurado mostrar, através das palavras de alguns dos seus representantes, ser sua intenção conduzir a campanha de recenseamento de maneira a que a tão apreogada "liberalização" permita afirmar que tudo foi feito no sentido de garantir um recenseamento eficaz.

Do ponto de vista táctico procura-se demonstrar, tanto a nível nacional como internacional, que tudo está preparado para permitir uma campanha de acordo com os princípios democráticos.

No entanto este é apenas um disfarce dos hábitos em que sempre se tem manifestado a verdadeira intenção e orientação governamentais.

De facto, intimidação e repressão continuam a ser as constantes da actuação dos governantes. A atesta-lo temos o que durante este período inicial se tem passado.

Temos conhecimento de que nos Distritos de Braga, Leiria, Lisboa e Setúbal se têm verificado atropelos dos

mais elementares princípios de decência cívica.

Na freguesia de Alcantara em Lisboa foram detidos e levados para a D.G.S. (ex-PI-DE) e daí para o Forte de Caxias 21 democratas que acabavam de distribuir as normas escritas para o recenseamento.

Em Moscavide democratas que davam informações sobre o significado do recenseamento foram detidos pela P. S.P. e conduzidos à esquadra local onde foram interrogados.

Em contrapartida nessa e em outras localidades a mesma P.S.P. não teve a mais pequena intervenção quando indivíduos arrancavam e destruíam cartazes convidando ao recenseamento. Quer dizer: as autoridades reprimem os cidadãos empenhados em que seja elaborado um recenseamento eleitoral completo e deixam impunes crimes de dano previstos e puníveis pelo Código Penal.

Em Setúbal um posto de recenseamento foi encerrado ao fim de dois dias, tendo a P.S.P. detido as pessoas que davam a sua colaboração e apreendido toda a propaganda; contactado o Governador Civil, este informou ter ordens expressas para encerrar todos os postos de promoção de recenseamento e proibir a afixação de cartazes.

Também em Leiria foi detido quando procedia á afixação de cartazes um democrata, pela P.S.P. local.

Em Braga, os representantes locais da dita "liberalização" tomaram a iniciativa de apreender simples guias de recenseamento contendo o formulário legal dos requerimentos.

Estes e outros actos de intimidação decerto vão contribuir para acentuar ainda mais a "relutância" pelo processo eleitoral a que sobranceiramente aludiu o Ministro do Interior em 27/6/69, frustrando assim pela raiz os tímidos e envergonhados intentos de promoção de voto que o Presidente do Conselho recentemente adoptou.

É necessário desmascarar as atitudes do Governo que não pode ter a pretensão de nos iludir com palavras pseudo-liberais logo desmentidas na prática pela polícia e pelas autoridades administrativas.

Inscreve-te nos cadernos eleitorais; Informa e esclarece os teus amigos; Torna-te um elemento consciente dos teus direitos e participa na vida política do País."

Colonialismo e Anti-colonialismo GUINÉ

A situação militar, na Guiné, não obstante o governador Spínola afirmar que a guerra está chegando ao fim, não se alterou substancialmente. As tropas portuguesas permanecem nos campos entrancheados onde saem apenas para raids esporádicos. Todas as tentativas realizadas, com meios mais consideráveis, contra as regiões libertadas saldaram-se por malogros. O desespero causado por esses insucessos traduziu-se por uma intensificação dos atos de agressão contra as populações das aldeias fronteiriças da Guiné e do Senegal e por uma escalada nos bombardeamentos com napalm.

A resposta do PAIGC, a partir do início da estação seca, foi o desencadeamento de uma série de ações. Em Dezembro e Janeiro foram realizados 123 ataques contra campos entricheirados e 7 contra aeroportos e instalações portuárias. Aproximadamente uma centena de soldados portugueses perderam a vida nesses combates.

Durante esses dois meses foram destruídos 25 veículos militares, afundados ou aviados 8 barcos, e abatido um avião.

O êxito mais importante das forças regulares do PAIGC foi a tomada do posto militar de Moricanhe, na região de Xitoli, cuja tenaz defesa pelas tropas portuguesas se explica pela importância estratégica que desempenhava no eixo logístico que liga o porto de Bambadina à cidade de Bafatá, na margem do rio Geba. Ações de especial importância desenvolveram-se também nas regiões do Gabu, Canchungo e Nhacra.

O GOLPE NO CONGO

Dezenas de órgãos da imprensa internacional responsabilizaram a PIDE e os serviços secretos sul-africanos pelo golpe de Estado de 23 de Março na República Popular do Congo (Brazzaville). O tenente Kikanga não teria sido mais do que um instrumento ao serviço do colonialismo português e dos racistas de Pretória, preocupados com a expansão das atividades guerrilheiras do MPLA na região de Cabinda. Na tentativa contra o governo do presidente N'Gouabi, os verdadeiros visados seriam os patriotas angolanos, na esperança de que um governo títere em Brazzaville representaria uma grave derrota para o desenvolvimento das atividades do movimento nacional de libertação angolano. O tiro da Santa Aliança saiu, porém, pela culatra...

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
Rua Liberto Baduro, 488 — 5.º Sala 50
Endereços de Assinantes